NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2019.

1 – Contexto Operacional

A Empresa Municipal de Urbanismo de São José do Rio Preto - EMURB é uma Empresa Pública constituída nos termos da Lei 1.687 de 14 de dezembro de 1972, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo Estatuto, pelas normas regimentais que adota e pela legislação que lhe seja aplicada.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO CIRCULANTE

2.1.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O ativo disponível representa o somatório dos valores constantes da conta caixa, contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras que possuem liquidez imediata.

2.1.2 – Duplicatas a Receber

Representam os valores a receber em curto prazo, que são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

2.1.3 – Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, considerando o andamento das ações judiciais de cobrança dos mesmos.

2.1.4 – Adiantamentos a Funcionários

Representam direitos que a empresa possui junto aos funcionários referente aos adiantamentos salariais e de férias. Segue detalhamento:

Salários	R$ 990,18
Férias	R$ 5.679,07

2.1.5 – Tributos a Recuperar

Representam direitos que a empresa possui junto ao fisco que serão compensados com tributos a pagar ou serão restituídos a esta empresa em exercícios subsequentes. Segue detalhamento:

IRPJ	R$ 992,40
INSS	R$ 97,83
FGTS	R$ 532,93

2.1.6 – Créditos com Fornecedores

Representam direitos com os fornecedores provenientes de adiantamento de recursos financeiros que serão recuperados no exercício posterior.

2.1.7 – Estoques

Representa o estoque de materiais de consumo e insumos utilizados na prestação dos serviços, mensurado pelo custo médio das compras.

2.1.8 – Despesas Antecipadas

Representam gastos com seguros de veículos e imóveis que serão apropriados mensalmente durante a vigência dos contratos obedecendo ao regime de competência. Segue detalhamento:

Seguros - Imóveis	R$ 1.978,80
Seguros - Veículos	R$ 3.385,37

ATIVO NÃO CIRCULANTE

2.1.9 – Depósitos Judiciais

Representam os valores depositados em juízo provenientes de ações judiciais de natureza trabalhista.

2.1.10 – Duplicatas a Receber

Representam os valores a receber em longo prazo provenientes de preço público pela utilização do terminal rodoviário de passageiros, são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

2.1.11 – Investimentos

Representam os investimentos em outras empresas e estão contabilizados com base no método de custo.

2.1.12 – Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo valor de custo de aquisição.
Os bens são depreciados pelo método linear e com base nas vidas úteis estimadas.

Quadro explicativo das movimentações do Imobilizado

Descrição	01.01.2019	31.12.2019
Saldos Iniciais		
Valor Bruto	1.067.117,25	
(-) Depreciação Acumulada	(821.226,51)*	
Alterações		
Aquisições		118.939,59
Depreciação do Período		(65.098,55)*

Saldos Finais		
Valor Bruto		1.186.056,84
(-) Depreciação Acumulada		(886.325,06)*

*Referem-se à movimentação das contas de depreciação acumulada.

PASSIVO CIRCULANTE

2.1.13 – Fornecedores

São obrigações contraídas com fornecedores de materiais e serviços a serem pagas no exercício de 2020.

2.1.14 – Obrigações Tributárias

São obrigações junto ao Fisco Federal e Municipal que teve como fato gerador as atividades operacionais da empresa e foram contabilizados obedecendo ao princípio da competência.

PIS	R$ 173.269,84
COFINS	R$ 798.335,37
IRRF	R$ 61.031,48
ISS	R$ 6.845,84
CSRF	R$ 4.495,01

2.1.15 – Obrigações com Pessoal

Representa o valor da folha de pagamento, rescisões e pensão alimentícia a pagar no mês de janeiro/2020.

2.1.16 – Encargos Sociais

Representam as obrigações com encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento e sentenças judiciais transitadas em julgado, que serão pagas no exercício posterior.

INSS	R$ 150.206,22
FGTS	R$ 89.590,71
INSS Sentença Trabalhista	R$ 122.850,96
FGTS Sentença Trabalhista	R$ 15.162,50

2.1.17 – Férias a Pagar

Representam os valores das obrigações com férias e seus respectivos encargos sociais que são reconhecidos mensalmente 1/12 de acordo com o regime de competência, conforme determinam as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Férias	R$ 906.336,92
INSS	R$ 268.094,46
FGTS	R$ 72.506,95

2.1.18 – Outras Obrigações a Pagar

Representam valores referentes às sentenças judiciais que estão sendo pagas em parcelas, honorários advocatícios, crédito consignado na folha de pagamento decorrente de empréstimos bancários, contribuição sindical e cartão da Associação Comercial e Industrial de Rio Preto.

Sentença Judicial Trabalhista	R$ 428.794,54
Sentença Judicial Cível	R$ 4.404,25
Cartão ACIRP - Empregados	R$ 3.398,01
Empréstimos Consignados - Empregados	R$ 42.647,10
Honorários Advocatícios	R$ 10.019,32
Contribuição Sindical	R$ 651,75

2.1.19 – Parcelamentos Tributários

Representa a dívida tributária parcelada na Receita Federal do Brasil vincenda no curto prazo, ou seja, em até doze meses da data desta demonstração contábil. É composta por débitos previdenciários e não previdenciários:

Previdenciários	R$ 259.492,53
Não Previdenciários	R$ 178.440,72

2.1.20 – Parcelamentos com Fornecedores

Representa dívida parcelada com fornecedor, vincenda no curto prazo, ou seja, em até doze meses da data desta demonstração contábil.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

2.1.21 – Receitas Diferidas

Representam os valores de preços públicos provenientes da utilização do terminal rodoviário de passageiros, contabilizados como contrapartida de duplicatas a receber no longo prazo pelo fato de estarem sendo discutidos judicialmente. Serão convertidos em receita ou estornados quando o processo transitar em julgado.

2.1.22 – Parcelamentos Tributários

Representa dívida tributária parcelada na Receita Federal do Brasil vincenda no longo prazo, ou seja, após até doze meses da data desta demonstração contábil. É composta por débitos não previdenciários.

2.1.23 – Parcelamento com Fornecedores

Representa dívida parcelada com fornecedor, vincenda no longo prazo, ou seja, após doze meses da data desta demonstração contábil.

2.1.24 – Patrimônio Líquido

Representa a diferença entre a soma dos ativos e passivos, ou seja, todos os bens e direitos deduzindo as obrigações da empresa.

É composto pelo Capital Social investido na abertura da empresa e os resultados acumulados gerados na atividade operacional da mesma.

A variação no exercício de 2019 foi a seguinte:

Patrimônio Líquido em 01/01/2019	R$ (506.800,92)
Prejuízo do Exercício	R$ (2.734.411,49)
Patrimônio Líquido em 31/12/2019	R$ (3.241.212,41)

2.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

2.2.1 – Receitas de Prestação de Serviços, Rodoviária e Área Azul

Representa a receita bruta auferida com a prestação de serviços, administração da rodoviária e área azul, reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, de acordo com o fato gerador, independentemente do seu recebimento.

2.2.2 – Deduções da Receita

Representam os tributos incidentes diretamente sobre as receitas de prestação de serviços, rodoviária e área azul (PIS, COFINS, ISS).

2.2.3 – Receitas Financeiras

Representam os juros recebidos, rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos, deduzidos das contribuições de PIS e COFINS sobre essas receitas.

2.2.4 – Outras Receitas

Representam as receitas decorrentes da locação de espaço na sede da empresa para realização de feira de automóveis e locação de espaço publicitário no complexo de viadutos Jordão Reis.

2.2.5 – Despesas Administrativas

Representam as despesas relacionadas com a direção, gestão e administração, incluindo manutenção das instalações administrativas e despesas gerais.

2.2.6 – Custos

Representam todos os custos com a execução dos contratos de prestação de serviços, administração da rodoviária e área azul, tais como: materiais utilizados como insumo, despesas com pessoal e encargos sociais ligados diretamente com a prestação de serviços, materiais de segurança do trabalho, etc.

2.2.7 – Despesas Financeiras

Representam as despesas bancárias, desconto concedidos, juros e correções sobre parcelamentos tributários, sentenças judiciais e tributos em atraso.

2.2.8 – Perdas no Recebimento de Créditos

Representa a contrapartida das provisões de perdas dos créditos a receber e do cancelamento dos créditos de tarifas da área azul realizado pela administradora de cartão de crédito em decorrência da reclamação do usuário.

2.2.9 – Condenações Judiciais

Representa as despesas com condenações judiciais de natureza trabalhista e cível, bem como contribuições previdenciárias e FGTS, honorários advocatícios e custas processuais decorrente das mesmas.

2.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2.3.1 – Fluxos de caixa das atividades operacionais

Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade.
A demonstração foi elaborada pelo Método Indireto onde o fluxo de caixa líquido advindo das atividades é determinado ajustando o resultado do exercício quanto aos efeitos de transações que não afetam o caixa, tais como depreciação e perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa. Depois, apura-se todas as variações ocorridas nos ativos e passivos que influenciaram no caixa, exceto ativo imobilizado.

2.3.2 – Fluxos de caixa das atividades de investimento

Representam as aquisições de bens móveis (máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e instalações) para utilização na prestação de serviços.

2.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS

Demonstra as alterações ocorridas no saldo da conta lucros ou prejuízos acumulados.

2.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Demonstra todas as variações ocorridas no capital próprio da empresa, ou seja, detalha os aumentos e reduções de todas as contas contábeis do patrimônio líquido, inclusive a de lucros e prejuízos acumulados.

São José do Rio Preto, 31 de dezembro de 2019.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANISMO
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rodrigo Juliano
Diretor Presidente

João Caetano Neto
CRC Nº 1SP-248329/O-5
Contador

João Caetano Neto
CRC Nº 1SP-248329/O-5
Contador